

Apresentação

Paula Godinho

Departamento de Antropologia e CEEP – UNL

Em *La sagesse de l’Ethnologue*, Michel Agier assinala que:

“*Le «terrain» est la grande affaire des ethnologues. C’est l’enquête de terrain qui fonde la profession, depuis les premières explorateurs rapportant les récits extraordinaires de leurs voyages aux Amériques ou dans les régions inexplorées d’Afrique, jusqu’aux derniers sujets de thèse doctoral déposés en anthropologie social et ethnologie sur l’intervention humanitaire en Afrique de l’Ouest ou la violence et la relégation social chez les banlieues populaire de la région parisienne.*” (Agier, 2004:35)

O «terreno», o «trabalho de campo» tem uma designação que parece remeter para a terra remexida, para uma ligação à ruralidade e à essencialidade. Traz com ela os primórdios da disciplina, quer nos contextos coloniais, quer como contribuinte para o processo de construção das nações em que os camponeses seriam centrais. No “terreno”, qualquer que ele seja, estabelecemos relações e é delas que sai o saber que depois mostramos noutra lado. Os trabalhos de antropologia oscilam entre o «ouvir para contar» e o «viver para relatar» que as cumplicidades da observação participante ajudam a edificar, na linha de Malinowski. A antropologia exige uma relação face a face, edificada num presente partilhado com os seus interlocutores e que os antropólogos transportam consigo. Porém, é destituído de profundidade o presente que não se entende em processo, pois a principal propriedade do social é a sua consubstancialidade ao tempo. Lembra Alban Bensa que quando se inserem observações etnográficas na lógica do tempo curto, do tempo médio e do tempo longo, insiste-se respectivamente mais sobre as fragilidades do grupo local, sobre a sua estabilidade relativa ou sobre o equilíbrio global dos segmentos sociais (Bensa, 2006:49). É esta necessidade de incorporar a temporalidade que ressalta no conjunto de textos que aqui se publicam, quatro dos quais exploram o passado a partir do presente.

Ao longo de vários meses, entre Outubro e Dezembro de 2005 o CEEP promoveu um seminário, intitulado *Temas e Problemas em Antropologia*, que culminaria numa jornada denominada *Relatos na primeira pessoa*, em 2006. Congregou investigadores de várias proveniências (disciplinares e institucionais), debatendo terrenos, métodos e técnicas. Dos textos então apresentados, publicam-se neste número cinco artigos. A *Arquivos da Memória* inicia assim uma nova série, agora on-line e sujeitando os artigos a uma avaliação por parte de especialistas.

Sónia Ferreira interroga e discute os métodos em torno dum «objecto escondido», as

mulheres dum grupo social subalternizado. Salienta três eixos fundamentais: o primeiro centra-se nas relações com o passado e com a história, o segundo nas questões associadas ao género, reflectindo em terceiro lugar sobre a resistência e a acção colectiva operária. Numa pesquisa sobre as mulheres operárias de Almada e a memória da resistência feminina nos anos 1940, a autora restringe a sua discussão à problemática da investigação sobre mulheres em contextos históricos específicos, atentando nas suas características como objecto histórico-antropológico. Trabalhar sobre mulheres conduz a uma interrogação das fronteiras dos métodos, pois elas surgem nas fontes quando o seu comportamento escapa ao normativo. É assim na imprensa, nos registos de polícia e até na oralidade. As fontes obscurecem esta metade social «muda», encaminhando-a para zonas de sombra, sobretudo se ao género feminino se juntar uma condição subordinada, a que muitos investigadores devolvem a voz graças à história oral. As “armas dos fracos” (Scott, 1985) e o “registo escondido” (Scott, 1990) servem às mulheres para fazerem reverter a seu favor situações desfavoráveis. Sónia Ferreira, que reflecte também sobre a importância do género do investigador, deparou com uma História pouco permeável às ferramentas metodológicas externas, em paralelo com uma antropologia que lida mal com o passado e que está presa a uma metodologia de trabalho que privilegia quer o presente, quer um conceito de género pouco claro e demasiado “sensível”.

Nadejda Tilhou, no segundo artigo, trabalha igualmente sobre mulheres operárias da margem sul do Tejo, estudando a memória de autogestão por parte das operárias numa fábrica no Montijo, nos tempos que se seguiram ao 25 de Abril de 1974, durante o designado PREC (Processo Revolucionário Em Curso). Na sua abordagem, explica como o inquérito etnográfico, no sentido mais clássico, com caderno, lápis e gravador, se transformou num projecto de Antropologia visual. Trata-se dum artigo elaborado na “acção e na relação” numa entrevista filmada com uma das protagonistas do processo, que demonstra que aquela memória colectiva de luta é a memória dum grupo que se perdeu de vista, lembrando as classes da escola referidas por Maurice Halbwachs (1997). A luta é apresentada como momento de ruptura e a mulher entrevistada, «aquela que lembra», como Ogotemeli, recorda uma encenação levada a cabo pelas operárias da Sogantal na praça de touros do Montijo no verão de 1975, tendo como espectadores operários e sindicalistas das outras fábricas em luta da zona. Nadejda Tilhou recolhe uma memória dum tempo, o do “PREC”, que foi um presente partilhado, mas que hoje oscila entre um *nós* que falta e um *eu* que permanece.

No terceiro artigo, Tiago Matos Silva discute o conceito de «Nação», relacionando-o com o «nacionalismo banal» de Michael Billig e o «habitus» de Pierre Bourdieu, aplicando-os à etnografia desenvolvida em torno dos Comandos veteranos da guerra colonial portuguesa (1961-1975). Interroga a forma como o *banal nationalism* se transmutou em *hot nationalism*, nos termos de Michael Billig, quando em 1961, Salazar exortou à partida para Angola, «rapidamente e em força». O conceito de «pátria», que recobre as coisas pelas quais vale a pena matar e morrer, exacerbando o espírito de sacrifício, e o de «nação», operativo enquanto motor da mecânica da Guerra, conjugam-se no entendimento do território colonial como património colectivo da nação. Entre os colonos, entendidos como donos do território defendido pelos soldados, e os nativos, o

que leva esses mesmos soldados a prosseguir a guerra é um *instituto familiar artificial*, nas palavras de Ben Shephard, expresso na solidariedade pelos camaradas de armas. Ou seja, os soldados lutavam uns pelos outros.

O texto de Ana Lavado debruça-se sobre os processos de apropriação do lúdico, que se institui na infância como forma de reprodução social e aprendizagem, concatenando-os com o papel da memória numa localidade que foi rural até há menos de 100 anos: o Lavradio, no concelho do Barreiro. A construção de brinquedos e os jogos funcionam como escola informal para os mais jovens, enquanto os corpos vinculados ao trabalho ficam pouco disponíveis para o lúdico, que pode conduzir a situações de perigo no universo das máquinas. Realça a relação entre o espaço e as relações com os vizinhos e parentes, demonstrando como os grupos de parentes e, sobretudo, de primos eram essenciais nas brincadeiras. O artigo, que dá continuidade a uma investigação anterior por parte da autora, descreve os caminhos por ela percorridos. Para edificar o seu objecto, procede a um levantamento inicial dos potenciais informantes, com o cruzamento de percursos de vida e uma caracterização do local. Compulsa arquivos locais - da Junta de Freguesia e das bibliotecas das sociedades recreativas - e nacionais, consultando igualmente o Arquivo Fotográfico para perceber certas práticas de que os informantes não tinham registo visual. Numa segunda fase, inicia as recolhas de narrações de vida, experimentando também a colecta de relatos em grupo, cuja importância salienta, reflectindo sobre as vantagens do método biográfico neste tema. Mantém as visitas após a recolha da informação, ao mesmo tempo que procede ao lado mais penoso do trabalho de transcrição, realizando registo sistemático no diário de campo. Conclui que toda a actividade lúdica pressupõe uma transformação progressiva dos quadros informais em formais, na sociedade e na memória.

António Vasconcelos insere o seu trabalho no estudo das políticas educativas e culturais em Portugal. Centra-se na forma como o Estado, as escolas do ensino artístico-musical, os professores, os artistas, a sociedade e o mercado interagem no que respeita às políticas públicas. Este sector encontra-se nas periferias científicas e políticas, porque o Estado o ignorou e dentro dele não decorre investigação, e nas periferias sociais e culturais. A hipótese centra-se nas dificuldades que resultam da convergência de três fenómenos distintos: as tensões, respectivamente centrípetas e centrífugas, do Estado e dos agentes ligados à música e ao seu ensino; o modelo de desenvolvimento do país e as perspectivas na educação e formação; as modalidades de relação dos indivíduos e da sociedade com os bens culturais, destrinchando centros e periferias pelas distintas formas de significação, competição e selecção. Pela sua condição, o investigador interroga a posição a tomar quanto ao objecto: estar *entre* ou estar *à margem*? No que toca à problemática, o autor concatena dois aspectos essenciais da teia de dimensões de análise, um de carácter interno, associado às características do ensino na música, à memória e às práticas de diferentes sectores, e outro externo, relacionado com o papel do Estado, da sociedade e do mercado. O «princípio do vaivém» entre a descrição e a explicitação encaminha o autor, na linha da proposta de Clifford Geertz, para uma oscilação entre as particularidades do local e as estruturas globais (Geertz,1986:88).

Numa obra recente, Marc Augé interroga-se acerca da manutenção e pertinência da

antropologia: os processos actuais, que visam uma uniformidade à escala planetária, não eliminarão qualquer justificação ou qualquer legitimidade, a uma empresa como a desta disciplina, a que unicamente a colonização europeia deu, em última instância, sentido? (Augé, 2007:9). Também Susana Narotzky e Gavin Smith nos alertam para o perigo da antropologia se limitar à exploração da «experiência», da «identidade» e das «práticas quotidianas», reproduzindo desse modo uma imagem superficial desta área do saber (Narotzky e Smith, 2006:2). A antropologia estuda as relações e as construções entre os indivíduos e tem, pelo que se lê nestes artigo, pano para mangas. O objecto da antropologia é histórico e, como refere Marc Augé, não se apaga nem desaparece, transforma-se (Augé, 2007:61).

Bibliografia

- AGIER, MICHEL (2004) *La sagesse de l'ethnologue*, Paris, L'oeuil neuf.
- AUGÉ, Marc (2007)[2006] *El oficio de antropólogo*, Barcelona, Gedisa.
- BILLIG, Michael(1999)[1995] *Banal Nationalism*, London/Thousand Oaks/New Delhi, Sage Publications.
- BOURDIEU, Pierre, (2002) [2000], *Esboço de uma Teoria da Prática - precedido de três estudos de etnologia cabila*, Oeiras, Celta.
- GEERTZ, Clifford (1986) *Savoir Local, Savoir Global: Les Lieux du Savoir*, Paris, PUF.
- HALBWACHS, Maurice (1997)[1950] *La mémoire collective*, Paris, PUF.
- NAROTZKY, S. ; SMITH, G. (2006) *Immediate struggles – People, Power and Place in Rural Spain*, Berkeley e Los Angeles, University of California Press.
- SCOTT, James (1985) *Weapons of the weak - everyday forms of peasant resistance*, New Haven/London, Yale University Press.
- SCOTT, James (1990) *Domination and the arts of resistance - hidden transcripts*, New Haven/London, Yale University Press.